

Chapter Title: AMÉRICA LATINA: ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Chapter Author(s): Gregorio Vidal

Book Title: Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento

Book Editor(s): Tahina Ojeda Medina, María del Carmen Villarreal Villamar

Published by: CLACSO. (2021)

Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88dd9.10>

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <https://about.jstor.org/terms>



This book is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 United States License (CC BY-NC-SA 3.0 US). To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>.



JSTOR

CLACSO is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento*

PARTE 2

**PERSPECTIVAS
MULTIDISCIPLINARES
SOBRE
DESENVOLVIMENTO**

CAPÍTULO 5

**AMÉRICA LATINA: ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO¹**

Gregorio Vidal

INTRODUÇÃO

A debilidade no crescimento das economias na América Latina é novamente um dado relevante de seu comportamento. Temos, como ocorre recorrentemente desde os anos oitenta do século passado, um ciclo com pobre desempenho da economia, redução da renda e persistência ou aumento da desigualdade social. O contexto é de uma economia mundial com um comportamento semelhante que, como será exposto na segunda parte desse trabalho, se relaciona com o avanço da financeirização.

O problema é que a financeirização, para a região, significa um avanço do subdesenvolvimento. Como analisaremos na primeira parte do texto, uma notável elaboração teórica sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento foi produzida na América Latina. Atualmente é imprescindível repensar os problemas da desigualdade social, os altos níveis de pobreza, a desarticulação produtiva, a incapacidade para manter longos períodos de crescimento, a notável fragilidade financeira e a fragmentação social e econômica, levando em consideração tais contribuições teóricas acerca do desenvolvimento latino-americano.

1 Tradução: Cristina Cavalcante.

As economias e sociedades latino-americanas são mais heterogêneas, com pouca margem para conduzir os processos de financiamento e, naquelas onde a indústria e os serviços modernos têm um peso maior, não existe uma articulação relevante com o conjunto das atividades produtivas executadas no país. As tentativas de modificar os processos econômicos e sociais na região realizadas nos primeiros anos da década passada até meados da atual foram derrotadas, revelando fortemente, como expomos na última parte do texto, que o desenvolvimento é um projeto que necessita contar com os atores sociais que o levem adiante.

O DESENVOLVIMENTO COMO PROBLEMA: HISTÓRIA E PRESENTE

A discussão sobre o desenvolvimento que considera a situação específica dos países identificados, no seu momento, como do terceiro mundo, é relativamente recente. Seus antecedentes não estão relacionados com o desempenho das economias na América Latina ou em outras regiões, que em meados do século passado eram conhecidas como atrasadas. Em sua origem, o termo se relaciona com a construção de processos nacionais com sistemas econômicos autônomos, destacando-se a ideia de *interesse nacional* (Furtado, 1983).

No último terço do século XIX ocorre uma acentuada expansão do capitalismo que inclui processos de industrialização que estão na base da constituição de centros econômicos autônomos. Não é a expansão das economias de mercado o que permite a consolidação dessas economias, tampouco essas resultaram da manutenção das propostas de livre-cambismo como elemento que organiza a atividade econômica. No século XIX, particularmente em sua segunda metade, surge um grande debate quase que simultaneamente à expansão inglesa, que traduzido para os termos contemporâneos seria entre livre-cambismo e protecionismo. List, em 1841, se refere expressamente ao debate em termos de economia cosmopolita de um lado e, de outro, a economia política, e com base no estudo da história sustenta a necessidade de um projeto que permita a Alemanha "...fazer na sua indústria os progressos que reclama sua cultura" (List, 1997, p. 202, tradução nossa). O ponto é que "os Estados alemães decidiram, por meio de um vigoroso sistema mercantil comum, garantir o mercado interno para suas próprias indústrias" (List, 1997, p. 202, tradução nossa). As propostas de List, expostas sistematicamente no seu livro *Sistema Nacional de Economia Política* constituem uma estratégia para o desenvolvimento de uma nação. Como observa Schumpeter (1963), é a visão sobre o futuro nacional da Alemanha ou, segundo os argumentos do próprio List, de outras nações na Europa ou na América.

Furtado refere-se ao grande debate que ocorre na segunda parte do século XIX em torno à opção entre livre-cambismo e protecionismo, destacando que o problema de fundo corresponde ao comportamento estrutural da econômica capitalista, uma vez que as formas de apropriação da inovação tecnológica geram uma dupla concentração entre as empresas que lideram o processo que estão, ao mesmo tempo, localizadas nos países que dominam as exportações tecnológicas. Assim, a industrialização foi possível “...no marco do protecionismo nacional” (Furtado, 1983, p. 31, tradução nossa). A análise dos processos de industrialização no final do século XIX permite concluir que este foi acompanhado de medidas protecionistas no Japão, com firme condução do Estado, mas também nos países integrantes da Commonwealth Britânica como Canadá, Austrália, Nova Zelândia e até mesmo os Estados Unidos antes da guerra civil, mas com mais força depois de sua conclusão (Bairoch, 1993). O resultado da expansão do capitalismo e sua implantação em uma grande quantidade de países leva em conta projetos fundados na ideia de complementariedade entre atividades econômicas, e não a especialização fruto da divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas. Como destaquei nas linhas anteriores,

a partir desse momento o conceito de desenvolvimento se vinculou explicitamente à ideia de *interesse nacional* [...]. O enfoque globalizante dos processos econômicos, que corresponde à primazia do Estado como agente propulsor e orientador das atividades econômicas e árbitro dos conflitos de classe na definição do interesse nacional, chegaria finalmente a prevalecer na concepção de desenvolvimento. (Furtado, 1983, p. 31, tradução nossa)

Durante esses anos na América Latina há uma maior articulação com a econômica capitalista, mas não há avanço em projetos de industrialização, e dominam as ideias de livre-cambismo. Em outras regiões, há formas coloniais de implantação do capitalismo, incluída a própria expansão colonial da coroa britânica. Já nas primeiras décadas do século XX, não há uma reflexão particularmente expressiva sobre o assunto. Talvez uma exceção ocorra na América Latina com o debate, nos anos vinte e trinta, entre Haya de la Torre e Mariátegui, que é transcendente na definição das orientações principais do que se denomina a Escola Latino-americana do Desenvolvimento (Kay, 1991). Somente depois do fim da Segunda Guerra Mundial que tal debate ressurgiu e ganhou força, com propostas elaboradas na América Latina.

Na segunda metade dos anos quarenta do século passado, a economia e as relações políticas internacionais apresentavam uma nova realidade: as economias capitalistas organizadas por Estados Unidos

frente a um conjunto emergente que tinha seu centro na União Soviética. O autodenominado mundo ocidental dotou-se de instituições multilaterais como passo relevante para a reorganização do sistema monetário internacional; porém, fundamentalmente, "...podemos afirmar que o FMI e, em menor medida, o Banco Mundial, mais que reguladores do sistema de relações internacionais, inicialmente foram forjados como instrumentos dessa hegemonia estadunidense [...] [legitimando-se como] instituições e mecanismos multilaterais que se definiram, se proclamaram e, até hoje, se projetam como de cooperação internacional" (Lichtensztejn, 2010, p. 37, tradução nossa). Todavia, o cenário político internacional contava com o desmantelamento da ordem colonial, com processos sociais e com dinâmicas particulares e específicas definidas pela ação em busca da independência política e econômica, o mesmo ocorre na Ásia e África. Em alguns territórios impulsionavam-se projetos que buscavam ir mais além do capitalismo. É nesse âmbito que ocorrem outras iniciativas como a do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) que cria diversas comissões regionais com o objetivo de promover o desenvolvimento nas regiões que analisam. Os instrumentos são a cooperação e a integração regional. Em 1947 surge a Comissão Econômica para a Europa, cujo primeiro secretário executivo foi Myrdal. Nesse mesmo ano foi fundada a Comissão Econômica para a Ásia e o Pacífico, e um ano depois, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), encabeçada por Prebisch. Nesse momento, os enfoques acadêmicos predominantes assimilavam os problemas do atraso, "...do desenvolvimento atrasado (ou subdesenvolvimento) ao mau funcionamento da economia internacional, isto é, ao abandono dos saudáveis princípios da doutrina liberal" (Furtado, 1983, p. 32, tradução nossa). Das cinco comissões criadas pelo ECOSOC de 1947 a 1973, a única que desenvolve um enfoque próprio e uma interpretação dos determinantes do funcionamento das economias da região e, mais amplamente, das economias que se identificam como do Terceiro Mundo é a CEPAL. Logo depois de iniciar suas atividades, no segundo semestre de 1949 e no primeiro de 1950, apresentam-se os trabalhos que dão origem à concepção de sistema centro-periferia e às ideias gerais sobre o subdesenvolvimento que caracterizam a CEPAL (Rodríguez, 1980, p. 24). Destaca-se o conhecido *Estudo Econômico da América Latina* de 1949. A partir desta perspectiva, o subdesenvolvimento não é um antecedente do desenvolvimento. Enquanto um grupo de economias avançou ao desenvolvimento, outras conheceram o avanço do subdesenvolvimento. As relações que caracterizam o comércio internacional estão fundadas na assimetria e reproduzem o esquema centro-periferia e,

enquanto tal, o subdesenvolvimento. É o ponto que se observa no denominado *Estudo de 49* (CEPAL, 1951), mas também em outras obras posteriores de Prebisch (1963). Foi também a reflexão que realiza Furtado anos depois em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980), considerando outras contribuições sobre o estudo do desenvolvimento. São as análises elaboradas no âmbito da CEPAL que definem o comportamento das economias da América Latina — desde o último terço do século XIX até os anos da Grande Depressão — como primário-exportadoras. O característico dessa época não é unicamente que os países estiveram conectados com a economia mundial a partir da exportação de um produto primário ou dois, em alguns eram produtos agrícolas e em outros eram minerais. Além da especialização, a estrutura produtiva é heterogênea enquanto “...nos centros se caracteriza por ser diversificada e homogênea” (Rodríguez, 1980, p. 26, tradução nossa).

No livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado no Brasil em 1959, Furtado estuda o desenvolvimento da economia cafeeira que foi o meio para que esse país se reintegrasse “...às correntes em expansão do comércio mundial [...], a economia cafeeira se encontrava em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão [...], estavam integrados os quadros da nova classe dirigente que encabeçaria a grande expansão cafeeira” (Furtado, 1974a, p. 123, tradução nossa). No Brasil, a relação com a economia internacional é conduzida por uma classe proprietária estabelecida nesse país por meio da exportação do café. Na Argentina, exportam-se produtos agropecuários com base em grandes propriedades de residentes. No México, são as atividades minerais, em grande parte nas mãos de capitais estrangeiros que também participam nos maiores investimentos desses anos, como a construção das linhas ferroviárias que conectavam o país com a economia dos Estados Unidos. Alguns autores se referem a esta organização da economia como desenvolvimento para fora, assimilando a proposta de modelo de desenvolvimento com a modalidade que, em um certo momento histórico, tem o processo de reprodução do capital (Calix, 2016).

Em uma perspectiva de longo prazo, há diversas denominações das formas de reprodução do capitalismo nas sociedades da América Latina, todavia, a periodização proposta é compartilhada. O modelo primário-exportador é seguido pelo modelo de industrialização por substituição de importações que se considera explicado e formalizado pela teoria estruturalista da CEPAL (Calix, 2016, p. 4). Rodríguez observa consistência na construção da teoria e da política econômica da CEPAL, destacando que “a industrialização é considerada a base fundamental da política de desenvolvimento das economias periféri-

cas” (1980, p. 182, tradução nossa). Cárdenas, Ocampo e Thorp (2003) se referem ao novo padrão de desenvolvimento que surge depois da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial como industrialização dirigida pelo Estado, “um conceito que ressalta suas duas características distintivas: o foco crescente na industrialização como eixo do desenvolvimento e a ampliação significativa das esferas de ação do Estado na vida econômica e social” (Bértola e Ocampo, 2013, p. 170, tradução nossa). Tavares conserva a denominação de substituição de importações aplicada “para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que ocorre e se orienta pelo impulso que recebe das restrições externas e que se manifesta primordialmente por meio de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (Tavares, 1979, p. 38, tradução nossa).

Nas análises das dinâmicas do capitalismo na América Latina durante o período das políticas de substituição de importações, ou do desenvolvimento para dentro — para usar uma outra denominação de alguns outros autores vinculados à CEPAL —, há diferenças importantes. Nesse ponto é relevante a observação de Kay (1991) sobre o debate entre Haya de la Torre e Mariátegui como uma espécie de ponto de partida das duas correntes mais importantes do que denomina teorias latino-americanas do desenvolvimento: a reformista estruturalista e a marxista-revolucionária, o que implica um resultado distinto no processo de construção do desenvolvimento que, até o presente momento, não ocorreu em quase nenhum país da região. Além disso, sobre a análise do período denominado substituição de importações, é imprescindível ter em conta algumas precisões.

A indústria manufatureira existe nos anos do período primário-exportador. Nos anos prévios, nas maiores economias da América Latina, há manufatura com desenvolvimento distinto, em alguns casos inclusive como parte das atividades econômicas que permitem realizar as exportações de produtos primários. Furtado se refere ao processo como industrialização induzida pela expansão das exportações (1976, pp. 125-131). Na década de 1930, Argentina, Brasil e México implementaram diversas medidas de política econômica que buscavam compensar a brusca redução das receitas de exportação primária, sem que isso implicasse em alguma proposta para o avanço da indústria. No Brasil é um subproduto da política executada na defesa dos interesses cafeeiros a partir da indústria preexistente (Furtado, 1974a, pp. 190-198). No México há uma ativa participação estatal, principalmente no governo de Cárdenas (1934-1940), que se concentra na infraestrutura e em obras para a promoção de atividades agropecuárias. Neste contexto, a indústria avança por seus próprios meios inclusive nos anos da Segunda Guerra Mundial (Vidal, 1996).

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, é notória a continuidade da industrialização nas principais economias latino-americanas, sem que necessariamente existisse um projeto e, menos ainda, organizado e dirigido pelo Estado. Há uma observação crítica sobre o processo na medida em que “a industrialização em condições de *laissez-faire* não conduz ao desenvolvimento, este entendido como homogeneização da estrutura produtiva e difusão crescente dos frutos do aumento da produtividade (Furtado, 1974b, p. 253, tradução nossa). Uma industrialização dessa natureza “...tende a gerar uma estrutura produtiva de múltiplos compartimentos, com grande disparidade da produtividade do trabalho entre eles, sem que tais níveis de produtividade influenciem de maneira significativa nos salários” (Furtado, 1974b, p. 253, tradução nossa). Há manutenção e aprofundamento da heterogeneidade estrutural (Pinto, 1973) e com ela um avanço do subdesenvolvimento.

Nos anos setenta do século passado, fica claro que os países da América Latina não alcançaram a condição de desenvolvidos, ponto compartilhado pelas diversas abordagens da teoria latino-americana do desenvolvimento. Nos anos seguintes, surgiu a crise da dívida externa e, desde então, houve uma profunda transformação estrutural na região que, inclusive, avança com uma maior desarticulação das atividades produtivas. Impõe-se a tese da abertura econômica, com base em uma sistemática política de ajuste fiscal e de reformas estruturais.

Nesse momento, ocorre uma notável transformação na dinâmica da economia que, segundo alguns, expressa a implantação do modelo neoliberal, influenciado diretamente pelas teorias econômicas neoclássicas (Calix, 2016). Outros autores caracterizam o processo criticamente como uma reorientação para o mercado (Bértola e Ocampo, 2013). Sunkel (2007) defende que é o retorno ao livre-cambismo decimônico. Rodríguez (2006), partindo de propostas da CEPAL (2002) e alinhado com o estruturalismo do final dos anos quarenta e cinquenta, observa que a economia mundial é um campo sumamente irregular, com significativos processos de concentração de capital e de apropriação tecnológica. Tavares (1979), com base na análise crítica do processo de substituição de importações, expõe o avanço para um capitalismo financeiro dependente e subordinado liderado pelos grandes capitais. São transformações na América Latina, mas também na Europa, Ásia e Estados Unidos, para as quais a teoria latino-americana do desenvolvimento tem respostas e busca construir alternativas (Vidal e Guillén, 2007). Furtado defende “que a época atual é de enorme concentração de poder, que favorece às grandes empresas [...]. A globalização tem consequências negativas muito evidentes, entre as

quais se destacam a crescente vulnerabilidade externa e o agravamento da exclusão social” (Furtado, 1999, p. 93, tradução nossa). Os elementos substantivos que definem o subdesenvolvimento nos países da América Latina se mantêm, e frente a eles é imprescindível elaborar uma alternativa para avançar ao desenvolvimento. Para tanto, existe uma extraordinária reflexão sobre o assunto, conformada por estudos produzidos na região desde finais dos anos quarenta do século XX.

A ECONOMIA MUNDIAL: PERMANECE A DEBILIDADE NO CRESCIMENTO

Em 2019, manteve-se um débil crescimento da economia mundial (FMI, 2019a; World Bank, 2020). É um comportamento presente há muitos anos, com destaque para o fraco crescimento do investimento. A dificuldade de aumentar o investimento é um fato relevante nas maiores economias desenvolvidas que se vincula com a forma como operam as corporações e o papel das grandes empresas financeiras, tudo isso como parte das mudanças realizadas nos anos anteriores (Vidal, 2019). No final da década que encerra o século passado, em um informe sobre os mercados internacionais de capital, o FMI afirmou que o nível ou o tamanho dos fluxos de entrada de capitais e a ampliação do acesso aos mais diversos mercados “...proporcionam a prova da hipótese de que os anos noventa representam uma restauração da tendência à integração dos mercados financeiros globais que havia sido evidente no período do padrão ouro e nos anos vinte, mas que foi interrompida pela grande depressão, a segunda guerra mundial e o sistema de controles ao capital do período do pós-guerra” (IMF, 1997, p. 27, tradução nossa). É uma observação que responde à mudança na organização da economia mundial, compartilhada por outros organismos financeiros multilaterais, presente até o momento nas deliberações do Comitê Monetário e Financeiro Internacional e, por tanto, nas recomendações de política econômica a serem executadas nos mais diversos países.

Durante décadas, sob condições de regimes cambiais flexíveis, multiplicam-se as operações transfronteiriças a um ritmo muito superior ao do produto mundial e do comércio internacional. Destaca-se o crescimento dos recursos financeiros, com escala muito superior ao dos investimentos estrangeiros diretos. A multiplicação das operações por conta de não residentes nos mais diversos mercados, como a liberalização dos mercados de capital e a abertura da conta de capitais na maior parte dos países ocorre em um contexto de generalização global do capitalismo, com uma notável força depois da queda do muro de Berlim, a tal ponto que hoje é um dos componentes substantivos das modificações das relações de força entre países que caracterizam a

política e a economia internacional. Diversos autores afirmaram que aspectos relevantes desse processo denotam o avanço de um regime de acumulação com dominação financeira expresso na mundialização (Chesnais, 1997 e 2001). Ressalta-se que existe um capitalismo movido pelas finanças (Aglietta, 2001), ou um regime de acumulação financeirizado (Boyer, 2000), regime de acumulação dominado pelas finanças (Stockhammer, 2007). Outro autor, na introdução de um livro dedicado ao estudo da financeirização na economia mundial, define-a como “...o crescente papel das motivações financeiras, os mercados financeiros, os atores e as instituições financeiras nas operações das economias internas e internacionais” (Epstein, 2005, p. 3, tradução nossa). Mais recentemente foi apresentada uma versão mais abrangente do processo de financeirização, considerando três perspectivas: a) financeirização como regime de acumulação, b) financeirização como meio para dar valor aos acionistas e, c) financeirização vinculada à atividade do cidadão como participante nos mercados financeiros (Van der Zwan, 2014). Os diversos autores estão analisando as transformações de décadas recentes na economia global, incluindo as denominadas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. É um amplo debate que, por si só, dá conta de um trabalho de pesquisa específico. Não obstante suas diferenças, as caracterizações têm em comum que não consideram as transformações como o caminho necessário e, menos ainda, natural do capitalismo. A integração dos mercados financeiros é um projeto de certos capitais, ou uma forma de organização das economias capitalistas que expressa uma específica relação entre os capitais e os Estados; inclusive uma etapa específica no funcionamento do capitalismo. Nos estudos mencionados, critica-se as observações do FMI e outros organismos financeiros multilaterais sobre o funcionamento da economia internacional.

Nesse texto consideramos a existência de um processo que, por meio de decisões de política econômica, de importantes modificações em instituições econômicas e sociais, assim como pelo fortalecimento de algumas frações do capital, gera uma brecha crescente entre a esfera financeira e o espaço das atividades produtivas a favor da primeira. De tal forma que “...estão em curso um conjunto de fenômenos que têm por consequência o desvio dos recursos financeiros da atividade produtiva para serem colocados e obter benefícios puramente financeiros” (Byé e De Bernis, 1987, p. 1281, tradução nossa). A financeirização da economia deve ser entendida “...como a contradição que se manifesta quando a abundância da liquidez monetária tende a reduzir o investimento produtivo” (De Bernis, 1996a, p. 1, tradução nossa). Alguns capitais buscam aumentar os meios de colocação financeira ou a obtenção de benefícios por meio de formas financeiras que não são

geradas diretamente por resultados na produção. É um processo que implica um aumento nas relações hierárquicas entre países e zonas da economia global que dispõem de um espaço político e econômico a partir do qual se impulsiona, revelando o curso das tensões e modificação da relação de forças entre países e capitais.

Há vários lustros é possível afirmar que as finanças ganham vida própria.

Seu crescimento observa-se na composição da formação do capital, na aparição ou crescimento desproporcional de ‘empresas financeiras’, na multiplicação de instrumentos para colocar recursos monetários, na proliferação de opções para que as empresas não financeiras atuem no mundo do crédito e o endividamento, na internacionalização das finanças e, com notável vigor, no crescimento dos benefícios financeiros e da dívida de empresas financeiras e não financeiras, de lares e dos governos locais, estatais e federal. Tudo isso em meio a uma dinâmica macroeconômica que não favorece as decisões de investimento na produção. (Vidal, 2011, p. 75, tradução nossa)

Um âmbito relevante de transformação é constituído pelos países denominados de economias de mercados emergentes e os países em desenvolvimento de baixa renda. Neles, o FMI e outros organismos insistem em aplicar as reformas estruturais. O maior problema é que tudo ocorre quando o comportamento da economia mundial revela (Boyer, 2011) uma crise do regime de crescimento liderado pelas finanças ou (Marcel e Taieb, 2010) uma grande crise equivalente às três anteriores: 1873, 1929 e 1973.

A AMÉRICA LATINA HOJE: NOVO CICLO DE POBRE CRESCIMENTO

Levando em consideração o comportamento e as transformações na economia global, o FMI defende que nos países de economias de mercados emergentes e nos países em desenvolvimento de baixa renda, é imprescindível avançar na execução das reformas estruturais. No informe de outubro de 2019 aponta: “Após a importante onda de liberalizações ocorridas no final dos anos 1980 e 1990, o ritmo das reformas se desacelerou nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento” (FMI, 2019a, p. 101, tradução nossa). A observação é realizada com base em um conjunto de dados sobre as reformas estruturais que, a partir dessa visão, fortalecem os mercados. Cinco áreas estão incluídas: comércio exterior, finanças internas, finanças externas, regulamentação do mercado de trabalho, regulamentação do mercado de produtos. Em todos, o diferencial é permitir a operação dos mercados. Por exemplo, com relação às finanças internas mede-se a diminuição e a eliminação dos controles de crédito e das

taxas de juros, como também a limitação e a redução da propriedade pública. Nas finanças externas, observa-se a abertura da conta de capital e o caráter das regulamentações que se aplicam às transações internacionais (FMI, 2019a, pp. 102-106).

A instituição considera que há "...uma ampla margem para a realização de novas reformas nas áreas que abarca este capítulo: finanças internas e externas, comércio internacional, regulamentações do mercado de trabalho e de produtos, e gestão governamental" (FMI, 2019a, p. 118, tradução nossa). Sobre o conjunto de países da América Latina, indica que estão abaixo de outras regiões nos indicadores de capital humano, infraestrutura física e clima de investimento. "As deficiências nessas áreas devem ser corrigidas com reformas estruturais que busquem estimular a produtividade e melhorar os resultados sociais" (FMI, 2019b, p. 12, tradução nossa). Até o momento, com o crescimento mundial mais fraco, o comportamento do PIB na região e o elevado nível da dívida pública, as políticas econômicas, segundo o FMI, enfrentam o problema de promover o crescimento e, ao mesmo tempo, avançar na consolidação fiscal (reestabelecer as margens de manobra da política econômica, afirma o FMI). Não obstante, "...ao mesmo tempo, todos os países devem seguir implementando reformas estruturais para promover o crescimento potencial e a inclusão" (FMI, 2019b, p. 10, tradução nossa). O problema na América Latina é a continuidade, por muitos anos, de um baixo crescimento econômico que se traduz, entre outros fatores, em uma deterioração da renda e igual ou maior desigualdade.

Em 2019, com base nos dados da CEPAL (2019), os países da América do Sul tiveram um crescimento negativo de 0,1 por cento, enquanto as estimativas para o México indicaram nulo crescimento. O conjunto da América Latina cresceu 0,1 por cento, enquanto nos anos 2018 e 2017 as cifras foram de 1 e 1,2 por cento respectivamente. Em 2016 houve uma redução do PIB da ordem de 1 por cento. São vários anos com um comportamento semelhante, apesar de que nas maiores economias da região manteve-se ou recuperou-se a agenda de reformas estruturais. O caso mais emblemático é o México que aprofundou, desde 2012, as reformas estruturais em áreas substanciais como mercado de trabalho, indústria energética e meios de comunicação, sem conseguir resultados importantes no crescimento do PIB. No conjunto, como estima a CEPAL, ao alcançar-se em 2020 uma expansão do PIB de 1,3 por cento, "... completariam sete anos em que a região tem mantido uma curva de baixo crescimento, o que se traduziu, por sua vez, em uma deterioração dos níveis de renda per capita médio. O PIB per capita da região teria se reduzido em um 3,7% entre 2014 e 2020, o que implica uma queda com uma média anual de

-0,5%” (CEPAL, 2019, p. 112, tradução nossa). É um comportamento radicalmente diferente ao dos anos 2003 a 2012.

Desde 2003 e com maior força desde 2004 até 2008, houve um crescimento econômico relevante. Esses anos constituíram “...um período com escassos precedentes em sua história econômica. Entre 2003 e 2008, a região cresceu a uma taxa média de cerca de 5% ao ano, o que implica um crescimento do PIB por habitante superior ao 3% anual” (CEPAL, 2008, p. 9, tradução nossa). Esse comportamento se diferencia radicalmente do que teve a região nos 20 anos anteriores, alcançando um crescimento do PIB superior ao do conjunto da economia mundial e ao dos países desenvolvidos. Não é um processo que envolveu o conjunto da América Latina. Concentrou-se nas economias da América do Sul, destacando-se a Argentina e o Brasil. Em contraste, na economia do México não se observou algo semelhante. Além disso, nos anos 2008 e 2009, quando ocorre a crise financeira internacional e a grande recessão, há um distinto desempenho entre as maiores economias da região. Em 2008, as duas maiores economias sul-americanas continuaram com um firme crescimento, enquanto no México houve uma queda importante. No ano seguinte, com base nos dados da CEPAL (2012), a economia da Argentina teve um crescimento de 0,9 por cento e a do Brasil uma ligeira contração de 0,3 por cento. No México a contração do PIB foi de 6 por cento e, por habitante, de 7,2 por cento.

Como analiso em outro texto (Vidal, 2018), o comportamento diferenciado com respeito ao crescimento do PIB na América Latina entre os anos 2003 e 2012 se deve ao desempenho de um grupo de países com governos que resultaram de processos eleitorais que manifestaram sua distância com as propostas do FMI-BM. São os casos da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela. Estes países, além do crescimento alcançado, apresentaram aumentos importantes nos salários-mínimos e nos salários médios, executaram programas sociais com base em recursos públicos com efeitos redistributivos e realizaram algumas iniciativas para avançar na recuperação ou criação de capacidades produtivas. Houve crescimento econômico com uma proposta de desenvolvimento. Nos anos seguintes, até 2012, estas economias continuaram crescendo, ainda quando em várias o ritmo foi menor. Nesses anos, a manutenção do crescimento em um contexto de desaceleração global e com instabilidade financeira em alta, foi resultado da evolução dos mercados internos dessas economias.

A distância com as propostas do FMI e do BM é um tema relevante para explicar o comportamento das economias nesses países. Marca uma diferença notável com as políticas executadas pelo governo no México que se caracterizaram, até o final de 2018, pelo avanço das

reformas estruturais sem que se observassem resultados positivos no crescimento econômico e, menos ainda, na diminuição da desigualdade social. A divergência entre o que foi feito nos países da América do Sul mencionados e aqueles que mantêm a austeridade e as reformas estruturais é destacada pelo FMI, dotando-a de grande significação para o caso da Argentina. Segundo o FMI, os avanços realizados na Argentina desde o final dos anos oitenta (1988) até o final dos anos noventa se interrompem abruptamente no início da década passada com o colapso de seu regime cambial e a taxa de conversão, nos anos seguintes há uma reversão de certas reformas (FMI, 2019a, p. 100). A mudança de governo nesse país, no final de 2015 com o retorno das políticas de reforma estrutural, é qualificada como positiva. Atualmente, apresenta-se novamente um cenário que pode estar caracterizado pela divergência: por um lado, a manutenção das reformas estruturais com base em uma política de austeridade em grande quantidade de países da região; e, por outro, o avanço em projetos que propõem uma transformação na dinâmica da economia que permita o crescimento inclusivo e a construção do desenvolvimento. É novamente o terreno da construção de propostas com base nas contribuições da teoria latino-americana de desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO É UM PROJETO

O comportamento das economias a nível global revela profundas assimetrias que se reproduzem a partir da dinâmica que alguns atores sociais estão impondo. A existência de relações hierárquicas entre seus integrantes é um dado imprescindível para explicar o comportamento do conjunto. Como sustenta o FMI, há anos a economia mundial opera com base na integração dos mercados financeiros globais e, como nos anos em que se inicia a reflexão própria da América Latina sobre o desenvolvimento, a crítica às formas em que se organiza a economia e os processos de financiamento a nível global é imprescindível. Hoje, como há 7 décadas atrás, o ponto de partida é "...a crítica ao sistema de divisão internacional do trabalho, chamando a atenção para as aplicações da natureza estática da teoria do comércio internacional [...]. Prebisch deslocou a discussão do nível abstrato dos teoremas da vantagem comparativa para o da observação das estruturas sociais dentro das quais os custos são formados e o excedente é apropriado" (Furtado, 2006, p. 19, tradução nossa). Como proposto na primeira parte desse texto, nos anos seguintes se produz uma ampla literatura que demonstra que a dinâmica do comércio internacional por si mesma não modificou as relações de desigualdade presentes entre as economias, mantém a distância nos níveis de vida e, mais grave ainda, fomenta a brecha tecnológica e de produtividade

entre os países, inclusive, dentro das próprias economias. Desigualdade e heterogeneidade são conceitos chaves para explicar a dinâmica social e estabelecer a diferença entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento. Assim, em alguns países o conjunto da sociedade tem espaços, territórios onde há uma ampla diversificação produtiva, com elementos para organizar a acumulação de capital e gerar os meios para fornecer capacidades de produção para a maior parte da população. São economias, nações, Estados desenvolvidos. A partir dessa perspectiva, como demonstram as análises da teoria latino-americana, o desenvolvimento é um resultado histórico que tem características diferenciadas segundo as condições de organização das sociedades capitalistas. Retomando a Maurice Byé, Gérard de Bernis (1996b, p. 93) propõe: “Uma economia está plenamente desenvolvida quando sua estrutura é tal que a produtividade *per capita* é tão alta quanto pode sê-lo levando-se em consideração os recursos nacionais e mundiais e os conhecimentos técnicos disponíveis” (tradução nossa). É um processo cujos componentes são específicos para cada caso, com a ação de certos atores sociais que permitem “...a transição de uma estrutura de produtividade *per capita* relativamente débil para uma estrutura de produtividade *per capita* relativamente alta” (De Bernis, 1996b, p. 93, tradução nossa) que enquanto tal é irreversível. Assim, não há decolagem, menos ainda etapas necessárias. Alcançar o desenvolvimento nas condições do capitalismo atual envolve um processo diferente ao do último quarto do século XIX, ou ao que seguiu a Segunda Guerra Mundial e inclusive ao que pode estar se construindo em alguns países desde as últimas décadas do século XX.

Enfatizando o componente da mudança social e, portanto, o caráter do projeto, Furtado discute o tema em meados dos anos sessenta e observa: “...pode-se definir o desenvolvimento econômico *como um processo de transformação social pelo qual um número crescente de necessidades humanas, pré-existentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo gerada pela introdução de inovações tecnológicas*” (Furtado 1965, pp. 39-40, tradução nossa). Em um texto posterior, define: “A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do aumento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades fundamentais da população e a da realização de objetivos aos quais aspiram grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos” (Furtado, 1983, p. 27, tradução nossa). As três dimensões são necessárias tornando imprescindível situá-las na atualidade para estabelecer as características do processo. Um aspecto relevante são os atores sociais que impulsionam o desenvolvimento. Atualmente, é um processo que deve considerar a organização das

sociedades com base nas grandes corporações, mas com a capacidade para incluir uma ampla e diversa composição social articulada a partir dos Estados, com uma democracia substantiva.

BIBLIOGRAFIA

- Aglietta, M. (2001). *Macroéconomie financière. 1. Finance, croissance et cycles*. Paris: La Découverte.
- Bairoch, P. (1993). *Economic and World History: Myths and Paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bértola, L. e Ocampo, J. A. (2013). *El desarrollo económico de América Latina desde la independencia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Boyer, R. (2000, fev.). Is a finance led growth regime a viable alternative to fordism? A preliminary analysis. *Economy and Society*, 29(1), 111-145.
- Boyer, R. (2011). *Les financiers détruiront-ils le capitalisme*. Paris: Economica.
- Byé, M. e De Bernis, G. (1987). *Relations économiques internationales* [5ª Ed.]. Paris: Dalloz.
- Calix, J. Á. (2016). Los enfoques de desarrollo en América Latina. Hacia una Transformación Social-Ecológica. Análisis, 1.
- Cárdenas, E.; Ocampo, J. A. e Thorp, R. (2003). *Industrialización y Estado en la América Latina: la leyenda negra de la posguerra*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- CEPAL (1951). Estudio Económico de América Latina 1949. Nova York: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos.
- CEPAL (2002). Globalización y Desarrollo (LC/G.2157(SES.29/3)). Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- CEPAL (2008). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2008. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- CEPAL (2012). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2012. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- CEPAL (2019). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2019. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina.
- Chesnais, F. (1997). *La mondialisation du capital* [Nova edição aprimorada]. Paris: Syros.

- Chesnais, F. (2001, out.). La théorie du régime d'accumulation financiarisé: contenu, portée et interrogations. *Forum de la Régulation*, 11-12.
- De Bernis, G. (1996a, mar.). Pourquoi la financiarisation de l'économie ? Paris: SECAFI.
- De Bernis, G. (1996b). Desarrollo durable y acumulación: ¿Son concluyentes las experiencias del sur? *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 16(38), 91-128.
- Epstein, G. (2005). Introduction: Financialization and the World Economy. In Epstein, G. (Ed.), *Financialization and the World Economy* (pp. 3-16). Northampton: E. Elgar Publishing.
- FMI (2019a, out.). Perspectivas de la economía mundial: Desaceleración mundial de la actividad manufacturera, crecientes barreras comerciales. Washington DC: International Monetary Fund.
- FMI (2019b, out.). Perspectivas económicas. Las Américas: Frustradas por la incertidumbre. Washington DC: International Monetary Fund.
- Furtado, C. (1965). *Dialéctica del desarrollo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (1974a). *Formación económica del Brasil* [2ª ed.]. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (1974b). *Teoría y política del desarrollo económico* [5ª ed.]. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Furtado, C. (1976). *La economía latinoamericana. Formación histórica y problemas contemporáneos* [8ª ed.]. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento. Um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1983). *Breve introducción al desarrollo. Un enfoque interdisciplinario*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (1999). *El capitalismo global*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Furtado, C. (2006, set.). Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch. *Économie Appliquée*, LIX(3), 13-22. Paris: ISMEA.
- IMF (1997, nov.). International Capital Markets, Developments, Prospects and Key Policy Issues. Washington DC: International Monetary Fund.

- Kay, C. (1991, maio-junho). Teorías latinoamericanas del desarrollo. *Revista Nueva Sociedad*, 113, 101-113.
- Lichtensztein, S. (2010). Fondo Monetario Internacional y Banco Mundial. Instrumentos del poder financiero. Xalapa: Universidad Veracruzana.
- List, F. (1997). *Sistema Nacional de Economía Política* [2ª ed.]. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Marcel, B. e Taieb, J. (2010). *Les grandes crises : 1873-1929-1973-2008 ?* Paris: Armand Colin Éditeur.
- Pinto, A. (1973). Heterogeneidad estructural y modelos de desarrollo reciente de la América Latina. In *Inflación: raíces estructurales* (pp. 104-140). Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Prebisch, R. (1963). *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Rodríguez, O. (1980). *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- Rodríguez, O. (2006). *El estructuralismo latinoamericano*. Cidade do México: CEPAL e Siglo XXI Editores.
- Schumpeter, J. (1963). *History of Economic Analysis*. Londres: George Allen & Unwind.
- Stockhammer, E. (2007). Some stylized Focus on the finance-dominated accumulation regime (pp. 1-27). Viena: Dept. of Economics, VW1, Wirtschaftsuniversität Wien.
- Sunkel, O. (2007). En busca del desarrollo perdido. In Vidal, G. e Guillén, A. (Coords.), *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización* (pp. 469-488). Buenos Aires: CLACSO, Red Celso Furtado, UAM.
- Tavares, M. (1979). *De la sustitución de importaciones al capitalismo financiero*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Van der Zwan, N. (2014). Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, 12(1), 99-129.
- Vidal, G. (1996). Estado, crecimiento y desarrollo: algunos elementos sobre la experiencia mexicana. *Revista de Ciencias Sociales y Humanidades Iztapalapa*, 15(38), 57-76.
- Vidal, G. (2011, set.-dez.). La economía internacional de endeudamiento: Dominación financiera y continuidad de la crisis. *Ola Financiera*, 10, 54-94.
- Vidal, G. (2018). Latin America: Limits to Alternative Economic Policies. *International Journal of Political Economy*, 47(1), 69-82.

- Vidal, G. (2019). Austeridad, transnacionalización y grandes empresas. In Girón, A. e Correa, E. (Coords.), *Cambios en el centro hegemónico: flujos financieros* (pp. 27-42). Cidade do México: UNAM.
- Vidal, G. e Guillén, A. (Coords.) (2007). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, Red Celso Furtado, UAM.
- World Bank (2020). *Global Economic Prospects, January 2020: Slow Growth, Policy Challenges*. Washington, DC: World Bank.